



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO

SECRETARIA DA FAZENDA

COORD. DE CADASTRO E TRIBUTOS

Instrução Normativa nº SMF 015/2013

Regulamenta a forma de emissão de NFS-e e a Declaração de Movimento Econômico para ISS, com relação aos prestadores de serviços vinculados ao CNAE Fiscal 7911200, 7912100 E 7990200 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o disposto no artigo 82 da Lei Municipal nº 2.954/1993 com redação dada pela Lei Municipal nº 5.214/2010, combinado com as disposições dos art. 1º, I, art.s. 21, 22 e 23 do Decreto nº 5.072/2012;

Considerando o disposto no artigo 2º da Portaria nº 001/2012, que estabelece a obrigatoriedade de emissão de NFS-e,

Considerando a necessidade de detalhar a sistemática de emissão de nota fiscal de serviços eletrônica (NFS-e) para os CNAEs **7911200, 7912100 E 7990200**,

RESOLVE:

Título I – Da Emissão de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e)

Art.1º As pessoas jurídicas sediadas no Município de Ijuí que tenham por atividade a prestação de serviços de **AGÊNCIA DE VIAGENS (7911200), OPERADORA DE TURISMO (7912100) e SERVIÇO DE RESERVA E OUTROS SERV. DE TURISMO (7990200)** poderão emitir nota fiscal de serviços eletrônica (NFS-e) com tributação de ISS para empresas prestadoras de serviços de emissão de passagens aéreas, terrestres, marítimas, de reservas de hotéis e demais serviços turísticos, estando dispensada de informar na NFS-e tributação de ISS a seus clientes tomadores desses serviços, sejam pessoas físicas ou jurídicas.

Parágrafo único –As NFS-e emitidas sem informação de tributação devem constar em relatórios em separado, com respectiva informação da numeração da emissão de NFS-e com a devida tributação para os serviços tomados, para fins de fiscalização, conforme modelo ANEXO I.

Título II – Da Declaração

Art.3º As pessoas jurídicas abrangidas pela presente Instrução Normativa, deverão proceder a declaração de movimento eletrônico de ISS (DEISS), a cada mês de competência, de todas as notas fiscais emitidas em cada mês de competência.

§1º A declaração referida no caput se dará via função “lançamento de notas” ou “envio de arquivos” disponível no sistema fornecido pela Fazenda Municipal através da rede mundial de



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO

SECRETARIA DA FAZENDA

COORD. DE CADASTRO E TRIBUTOS

computadores (internet), considerando-se o mês de competência e ano da emissão da nota fiscal, quando se tratar de eventual Nota Fiscal Convencional (papel) emitida.

§2º A declaração referida no caput será alimentada automaticamente quando da emissão de NFS-e, restando a obrigatoriedade de conferência das informações lançadas via função “lançamento de notas emitidas” do sistema DEISS (Declaração Eletrônica de ISS) disponível no sistema fornecido pela Fazenda Municipal através da rede mundial de computadores (internet), considerando-se o mês de competência e ano da emissão da nota fiscal, e bem como o fechamento da declaração.

§3º A omissão na declaração das notas fiscais de serviço emitidas constitui infração sujeita as penalidades previstas no Art. 29, VII, da Lei Municipal nº 2.954/1993 e alterações dadas pela Lei Municipal nº 5.214/2010.

Art. 4º Os contribuintes abrangidos na presente Instrução Normativa continuam obrigados a entrega de declaração de movimento econômico de notas recebidas a cada mês de competência conforme legislação pertinente.

Parágrafo único. A omissão na declaração das notas fiscais de serviço recebidas de terceiros constitui infração sujeita as penalidades previstas no Art. 29, VII, da Lei Municipal nº 2.954/1993 e alterações dadas pela Lei Municipal nº 5.214/2010.

Art. 5º A emissão de guia de recolhimento deverá ser efetuado após a realização da declaração, na opção disponível para tanto no aplicativo da Fazenda Municipal, e seu pagamento poderá ser efetuado na rede bancária conveniada até o ultimo dia do mês subsequente à ocorrência do Fato Gerador, conforme determina o Art. 86 da Lei Municipal nº 2.954/1993, e alterações dadas pela Lei Municipal nº 5.214/2010.

Título III – Das Disposições Comuns

Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário Municipal da Fazenda, em 29 de Novembro de 2011

Irani Paulo Basso
Secretário Municipal da Fazenda

Registre-se e Publique-se

Nelson Coppetti
Secretário Municipal de Governo e Art. Institucional

